



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 312, DE 2025

Requer informações ao Senhor Paulo Teixeira, Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA, sobre a doação da empresa Vale de 33 mil hectares ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST para realizar a reforma agrária por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra.

AUTORIA: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA, Paulo Teixeira, informações sobre sobre a doação da empresa Vale de 33 mil hectares ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST para realizar a reforma agrária por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA, Paulo Teixeira, informações sobre sobre a doação da empresa Vale de 33 mil hectares ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST para realizar a reforma agrária por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra.

Nesses termos, requisita-se:

1. Quais estudos técnicos foram ou serão realizados para avaliar a viabilidade das 138 fazendas, sítios e áreas doadas pela Vale para a criação de assentamentos?

2. Quais os critérios técnicos que serão utilizados para determinar se as áreas são adequadas para a reforma agrária, considerando fatores como qualidade do solo, disponibilidade de água e infraestrutura?
3. Como será garantida a infraestrutura necessária para a criação de assentamentos sustentáveis nessas áreas, incluindo acesso a água, energia, estradas e serviços básicos?
4. Como será o processo de seleção das famílias que serão assentadas nas áreas doadas?
5. Quais os critérios de prioridade que serão utilizados na seleção? garantindo que as famílias mais necessitadas sejam beneficiadas.
6. Qual o papel do MST no processo de doação das terras e na criação dos assentamentos?
7. Haverá alguma forma de participação do MST no processo de seleção das famílias ou na gestão dos assentamentos?
8. Como o INCRA garantirá a transparência e a imparcialidade do processo, evitando qualquer tipo de interferência indevida?
9. Qual a justificativa para a doação "voluntária" de terras pela Vale, considerando o contexto do "Abril Vermelho" e as invasões de propriedades rurais pelo MST?
10. Como o INCRA avalia a alegação da Vale de que a doação é uma forma de "responsabilidade social", considerando o histórico de conflitos agrários no Brasil?
11. Como o INCRA pode garantir que a doação dessas terras não será utilizada como forma de incentivo a invasões de propriedades rurais?

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com matéria veiculada pela revista Veja no dia 13 de abril de 2025 (<https://veja.abril.com.br/brasil/o-agrado-da-vale-ao-mst-e-ao-governo-lula-no-abril-vermelho/>), a Vale decidiu fazer um “agrado” ao MST e ao governo Federal. A empresa mineradora fechou um acordo de cooperação técnica com o Incra, pelo qual vai doar 138 fazendas, sítios e áreas para o assentamento de famílias para a política da reforma agrária.

De acordo com a Vale, a doação é por conta da empresa ser “socialmente responsável”. No entanto, a ação da empresa pode ser interpretada não apenas como uma estratégia de responsabilidade social, podendo possuir alguns outros simbolismos. O acordo foi assinado no último dia 2 de abril, quando o MST estava lançando o “Abril Vermelho”, que já contabiliza mais de 20 invasões de propriedades rurais em todo o Brasil, em dez estados, somando 30 invasões em 2025 de acordo com dados da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA. Conforme informações fornecidas pela Vale, a cessão das terras foi feita de “forma voluntária”, e “atenta ao papel de empresa socialmente responsável”. Segundo a empresa, o Incra vai elaborar os estudos técnicos para a regularização fundiária dos imóveis, que serão destinados ao Programa Nacional de Reforma Agrária.

A presente solicitação de informações ao MDA, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), se justifica pela necessidade de transparência e controle social sobre a destinação de terras públicas e privadas para fins de reforma agrária, especialmente em um contexto de debates e tensões relacionados à questão fundiária no Brasil.

Considerando a magnitude da área envolvida (33 mil hectares), a alegação de doação “voluntária” por uma empresa privada em meio a ações de mobilização social (“Abril Vermelho”) e o potencial impacto na política de reforma agrária, torna-se imprescindível obter esclarecimentos acerca da motivação da doação, viabilidade técnica e interferência do MST na seleção das famílias.

A obtenção dessas informações é essencial para o exercício da função parlamentar de fiscalização e para fornecer respostas claras à sociedade sobre a condução da política de reforma agrária e a destinação de terras no país.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2025.

Senador Jaime Bagattoli
(PL - RO)